

SUMÁRIO

Capítulo I

Histórico do Direito do Trabalho	29
1. Surgimento e histórico do direito do trabalho	29
2. Histórico do Direito do Trabalho no mundo	30
2.1. Formação do Direito do Trabalho	30
2.2. Sistematização e consolidação do Direito do Trabalho	31
2.3. Institucionalização do Direito do Trabalho	31
2.4. Crise e transição do Direito do Trabalho	32
3. Origem e evolução do Direito do Trabalho no Brasil	34
3.1. Manifestações incipientes ou esparsas (1888-1930)	34
3.2. Institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil (1930-1945)	35
3.3. Manutenção do modelo corporativista (1945 a 1988)	36
3.4. Transição democrática do Direito do Trabalho brasileiro	37
3.4.1. Flexibilização das normas trabalhistas e a Reforma Trabalhista	37
3.4.2. Direito intertemporal da Reforma Trabalhista – Tese vinculante em IRR nº 23 do TST	38
3.4.3. Recentes alterações legislativas e jurisprudenciais e seus impactos nas relações de trabalho	41
4. Evolução das Constituições brasileiras	49
4.1. Constituição de 1824	49
4.2. Constituição de 1891	50
4.3. Constituição de 1934	50
4.4. Constituição de 1937	50
4.5. Constituição de 1946	51
4.6. Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº 1/1969	52
4.7. Constituição Federal de 1988	52

Capítulo II

Introdução ao direito do trabalho	55
1. Fontes do direito do trabalho	55
1.1. Fontes materiais	55
1.2. Fontes formais	56
1.2.1. Fontes formais autônomas	56
1.2.2. Fontes formais heterônomas	57
1.2.3. Hierarquia das fontes formais	59
1.2.4. Conflito entre fontes formais	60

2. Integração	61
3. Princípios do Direito do Trabalho	64
3.1. Princípio da proteção ao trabalhador	65
3.1.1. <i>In dubio pro operario</i>	66
3.1.2. Norma mais favorável	66
3.1.3. Condição mais benéfica	67
3.2. Princípio da imperatividade das normas trabalhistas	69
3.3. Princípio da primazia da realidade	69
3.4. Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado	70
3.5. Princípio da continuidade da relação de emprego	70
3.6. Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas	71
4. Flexibilização do Direito do Trabalho	72
4.1. Hipóteses de flexibilização	73
4.2. Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas	75
5. Renúncia e transação	79
6. Comissão de Conciliação Prévia (artigos 625-A até 625-H da CLT)	83
6.1. Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa ..	84
6.2. Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia	85
6.3. Consequências da conciliação firmada perante a CCP	86

Capítulo III

Sujeitos da relação de trabalho	89
1. Empregado	89
1.1. Requisitos da relação empregatícia	90
1.1.1. Reconhecimento do vínculo de emprego pelo Auditor-Fiscal do Trabalho	94
1.1.2. Empregado "hipersuficiente" (Reforma Trabalhista)	95
1.2. Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego	97
1.2.1. Exclusividade	97
1.2.2. Local da prestação de serviços e Teletrabalho (Reforma Trabalhista)	97
1.2.3. Profissionalidade	98
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS	99
2.1. Carteira de Trabalho Digital	99
2.2. Informações obrigatórias na CTPS	100
2.3. Valor das anotações da CTPS	101
2.4. Anotação em CTPS	102
2.4.1. Apresentação da CTPS	103
2.4.2. Registros eletrônicos equivalentes às anotações	103
2.4.3. Prazo para acesso às informações de anotação	104
2.4.4. Multa pelo descumprimento do dever de anotação	104
2.4.5. Vedação de anotações desabonadoras	105

2.4.6. Falta de anotação da CTPS e a não configuração de dano moral in re ipsa (Tese vinculante em IRR nº 60 do TST)	105
2.4.7. Retenção injustificada da CTPS e o dano moral in re ipsa (Tese vinculante em IRR nº 192 do TST)	106
2.5. Registro de empregados	107
2.5.1. Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista)	108
2.5.2. Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista)	110
2.6. Contratação do empregado: exigência de experiência prévia (art. 442-A da CLT) e de certidão negativa de antecedentes criminais	111
3. Relações empregatícias especiais	113
3.1. Empregado rural	113
3.1.1. Identificação da figura do empregado e empregador rural	114
3.1.2. Peculiaridades dos empregados rurais	116
3.1.3. Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5889/73)	118
3.1.4. Contrato por safra (art. 14, parágrafo único, Lei nº 5.889/1973)	119
3.2. Empregado doméstico	122
3.2.1. Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico	125
3.2.2. Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015	128
3.2.2.1. Jornada de trabalho e compensação	129
3.2.2.2. Trabalho em regime de tempo parcial	131
3.2.2.3. Períodos de descanso	132
3.2.2.4. Contrato individual de trabalho	136
3.2.2.5. Remuneração	138
3.2.2.6. Proteção do trabalho da mulher	140
3.2.2.7. FGTS	140
3.2.2.8. Seguro-desemprego	143
3.2.2.9. Aviso-prévio	144
3.2.2.10. Término do contrato de trabalho	146
3.2.2.11. Papel da fiscalização do trabalho	149
3.3. Empregado público	154
3.3.1. Regime jurídico único (ADI 2135/DF)	155
3.3.2. Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público	157
3.3.3. Impossibilidade de transposição de regime celetista para estatutário (ADPF 573/PI)	159
3.3.4. Estabilidade do empregado público	159
3.3.4.1. Dispensa sem justa causa do empregado público e necessidade de motivação (Tema 1022 de Repercussão Geral do STF)	160

3.3.4.2.	Estabilidade da gestante no serviço público (Tema 542 de Repercussão Geral do STF)	163
3.3.5.	Transferência de empregado público	166
3.4.	Proteção do trabalho do Adolescente	168
3.4.1.	Jornada de trabalho do adolescente	170
3.4.2.	Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade do adolescente	172
3.4.2.1.	Dos direitos de profissionalização e à proteção do trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 e alterações)	173
3.4.3.	Do papel dos representantes legais do adolescente	174
3.4.4.	Das férias	175
3.4.5.	Do salário	176
3.4.6.	Da prescrição	176
3.4.7.	Meio Ambiente de Trabalho	177
3.5.	Aprendiz	178
3.5.1.	Contrato de trabalho especial	179
3.5.2.	Prazo para o contrato de aprendizagem	180
3.5.3.	FGTS	180
3.5.4.	Obrigatoriedade na contratação de aprendizes	180
3.5.4.1.	Motoristas e cobradores e a cota de aprendizes (Tese vinculante nº 66 do TST)	182
3.5.5.	Jornada de trabalho do aprendiz	182
3.5.6.	Vínculo empregatício do aprendiz	184
3.5.7.	Extinção do contrato de aprendizagem	184
3.6.	Proteção do trabalho da Mulher	185
3.6.1.	Igualdade salarial (Lei nº 14.611/23)	186
3.6.1.1.	Constitucionalidade da Lei nº 14.611/2023 (ADIs 7612 e 7631 e ADC 92)	188
3.6.2.	Proteção à maternidade	189
3.6.2.1.	Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista)	191
3.6.2.1.1.	Locais para amamentação em shopping centers (ARE nº 1.562.586 do STF)	193
3.6.2.2.	Licença-maternidade	194
3.6.2.2.1.	Licença-maternidade e síndrome congênita associada ao vírus Zika	195
3.6.2.2.2.	Licença-maternidade na adoção ou guarda judicial	196
3.6.2.2.3.	Falecimento da genitora	197
3.6.2.2.4.	Programa Empresa Cidadã	197
3.6.2.2.5.	Recebimento do salário-maternidade e transferência da atividade insalubre	199

3.6.2.2.6.	Data de início da licença-maternidade (ADI nº 6327/DF)	199
3.6.2.2.6.	Data de início da licença-maternidade (art. 392, § 7º, da CLT)	200
3.6.2.2.7.	Licença-maternidade da mãe não gestante (Tema 1072 da repercussão geral)	201
3.6.2.2.8.	Tema correlato: Licença-paternidade	202
3.6.2.2.8.1.	Aprevisão constitucional originária da licença-paternidade	203
3.6.2.2.8.2.	Licença-paternidade e a ADO nº 20	204
3.6.2.2.8.3.	Licença-paternidade e a Lei nº 15.371/2026	204
3.6.2.3.	Estabilidade da gestante	206
3.6.2.3.1.	Dúvida objetiva e razoável sobre a data de início da gravidez e a estabilidade da gestante (Tese vinculante em IRR nº 119 do TST)	208
3.6.2.3.2.	Recusa da gestante ao retorno ao trabalho e o direito à indenização substitutiva (Tese vinculante nº 134 do TST)	208
3.6.2.3.2.1.	Críticas e constitucionalidade da tese vinculante nº 134 do TST	209
3.6.2.3.2.2.	Efeitos práticos da tese vinculante nº 134 do TST	211
3.6.2.3.3.	Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado	211
3.6.2.3.4.	Estabilidade da trabalhadora temporária - Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST	213
3.6.2.3.5.	Estabilidade e licença-maternidade no setor público - Tema 542 de Repercussão Geral do STF - e o enfraquecimento do entendimento firmado no IAC nº 2 do TST	214
3.6.2.3.6.	Estabilidade da trabalhadora gestante - Superação do Incidente de Assunção de Competência nº 2 do TST	217
3.6.2.3.7.	Efeitos da dispensa da gestante	219
3.6.2.3.8.	Teses vinculantes em IRR do TST sobre estabilidade da gestante	220
3.6.3.	Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022)	226
3.6.3.1.	Do apoio à parentalidade na primeira infância	227
3.6.3.1.1.	Reembolso-Creche	227
3.6.3.1.2.	Da Manutenção ou subvenção de instituições de educação infantil pelos serviços sociais autônomos	228
3.6.3.2.	Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho	228

3.6.3.3.	Das medidas para qualificação de mulheres	228
3.6.3.4.	Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença- -maternidade	229
3.6.3.4.1.	Da suspensão do contrato de trabalho de pais empregados	229
3.6.3.4.2.	Das alterações no Programa Empresa Cidadã	229
3.6.3.5.	Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho	230
3.6.3.6.	Do Selo Emprega + Mulher	231
3.6.3.7.	Alterações na CLT	231
3.6.4.	Meio ambiente de trabalho	232
3.6.4.1.	Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	233
3.6.4.1.1.	Salário-maternidade estendido	236
3.6.4.1.2.	Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022)	237
3.7.	Mãe Social	239
3.8.	Proteção do Trabalho da Pessoa com Deficiência	240
3.8.1.	Quem é a pessoa com deficiência?	241
3.8.2.	As cotas para pessoas com deficiência e reabilitados (art. 93 da Lei nº 8.213/1991)	242
3.8.2.1.	Base de cálculo e composição efetiva da cota de pessoas com deficiência e reabilitados	243
3.8.2.1.1.	Trabalhadores intermitentes e a cota legal de pessoas com deficiência e reabilitados	245
3.8.2.2.	Flexibilização da cota de pessoas com deficiência e reabili- tados	246
3.8.2.3.	Descumprimento da cota legal e o dano moral coletivo	247
3.8.2.3.1.	OTST e a inaplicabilidade de multa ou dano moral coletivo em caso de comprovado esforço para o cumprimento da cota de pessoas com deficiência e reabilitados	248
3.8.3.	Término do contrato de trabalho da pessoa com deficiência	249
4.	Criminalização da homotransfobia (MI 4733/DF e ADO 26/DF)	250
4.1.	Repercussões no Direito do Trabalho	251
4.1.1.	Atuação do MPT e da Coordigualdade	252
4.2.	Instalações sanitárias e pessoas trans	253
5.	Relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício	254
5.1.	Trabalhador autônomo e a Reforma Trabalhista	255
5.1.1.	Outras formas de contratação do trabalho humano além da CLT	258
5.1.2.	Tema 1389 e a suspensão de ações trabalhistas que discutem “pejo- tização” pelo STF	260
5.2.	Trabalhador eventual	263

5.3. Trabalhador avulso	263
5.4. Trabalhador voluntário	264
5.5. Cooperado	265
5.6. Estagiário	268
5.6.1. Introdução	268
5.6.2. Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio)	268
5.6.3. Conceito de estágio	269
5.6.4. Requisitos para existência do estágio regular	269
5.6.5. Agentes de integração	270
5.6.6. Partes envolvidas no estágio	270
5.6.6.1. Instituição de ensino	271
5.6.6.2. Parte concedente	271
5.6.6.3. Estagiário	272
5.6.7. Fraude no estágio	275
6. Empregador	277
6.1. Grupo econômico	278
6.1.1. Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista)	278
6.1.2. Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico	280
6.1.3. Assunto correlato: comissões dos bancários na venda de produtos do grupo econômico (Tese vinculante em IRR nº 56 do TST)	283
6.2. Sucessão de empresas	284
6.2.1. Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista)	285
6.2.2. Sucessão em grupo econômico	286
6.3. Sócio retirante (Reforma Trabalhista)	287
6.3.1. Responsabilidade do sócio retirante	288
6.4. Poderes do empregador	289
6.4.1. Poder de organização	290
6.4.1.1. Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista)	291
6.4.1.2. Quando o empregador deve fundamentar suas decisões?	292
6.4.2. Poder de controle	295
6.4.2.1. Limitação do uso de banheiros	296
6.4.2.2. Correio eletrônico	297
6.4.2.3. Revistas íntimas	298
6.4.2.4. Revistas pessoais	299
6.4.2.5. Fiscalização por câmeras	300
6.4.2.6. Uso de polígrafo (detector de mentiras)	300
6.4.2.7. Programas espões de controle de atividade	301
6.4.2.8. Restrições ao porte e uso do celular	302
6.4.2.9. Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados	303

6.4.3. Poder disciplinar	304
6.4.4. Reintegração	306
6.4.4.1. Estáveis e empregados com garantia provisória de emprego	306
6.4.4.2. Dispensa discriminatória (súmula 443 do TST e tese vinculante em IRR nº 254 do TST)	309
6.4.4.3. Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho)	310
7. Terceirização	312
7.1. Introdução	312
7.2. Evolução normativa e jurisprudencial da terceirização	313
7.2.1. Marco normativo inicial	313
7.2.2. A regulamentação pela Súmula nº 331 do TST	314
7.2.3. A Lei nº 13.429/2017	315
7.2.4. A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)	315
7.2.5. As decisões vinculantes do STF na ADPF 324/DF e no Tema 725	316
7.2.6. Panorama atual	317
7.3. Requisitos para a terceirização lícita	318
7.3.1. Ausência de pessoalidade e subordinação direta	318
7.3.2. Capacidade econômica da empresa prestadora	319
7.3.3. Fraude na terceirização	320
7.4. Empresa prestadora e contrato de terceirização	320
7.4.1. Requisitos para o funcionamento da empresa prestadora	321
7.4.2. Requisitos do contrato de terceirização	322
7.4.3. Quarteirização	322
7.5. Direitos dos terceirizados	323
7.5.1. Direitos da categoria profissional da prestadora	323
7.5.2. Condições de trabalho equivalentes	324
7.5.3. Salário equivalente	326
7.5.4. Responsabilidade subsidiária da tomadora	327
7.5.5. Exceção: natureza comercial do transporte de cargas (tese vinculante em IRR nº 59 do TST)	328
7.6. Períodos de quarentena	329
7.6.1. Quarentena da empresa prestadora	329
7.6.2. Quarentena do empregado dispensado	330
7.7. Pejotização e a "cesta de precedentes" do STF	331
7.7.1. Da fixação das teses originais à reinterpretação pelo STF	331
7.7.2. Tema 1389 e a suspensão nacional dos processos	334
7.7.3. Posicionamento do autor e impacto do entendimento sobre o sistema trabalhista	336
7.8. Terceirização na Administração Pública	336
7.8.1. Limites: concurso público e atividades típicas do Estado	337

7.8.2. Fraude na terceirização pública	337
7.8.3. Responsabilidade pelo inadimplemento na terceirização lícita	338
7.8.4. Ônus da prova: divergência entre TST e STF	340
7.8.5. Tema 1118 da Repercussão Geral	340
7.8.6. Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)	343
8. Dono da obra e subempreitada	344
9. Trabalho temporário	347
9.1. Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação	348
9.2. Prazo do trabalho temporário	349
 Capítulo IV	
Contrato individual de trabalho	351
1. Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego	351
2. O contrato individual de trabalho em um mapa	355
3. Características do contrato de trabalho	355
4. Elementos do contrato de trabalho	357
4.1. Nulidades do contrato de trabalho	359
4.1.1. Trabalho proibido	359
4.1.2. Trabalho ilícito	361
4.2. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho	362
5. Classificação dos contratos de trabalho	363
5.1. Contrato por prazo indeterminado	364
5.2. Contrato por prazo determinado	364
5.2.1. Hipóteses previstas na CLT	365
5.2.2. Estabilidade no curso do contrato a prazo determinado	366
5.2.3. Nova contratação	367
5.2.4. Término do contrato por prazo determinado	369
5.2.5. Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98	371
5.2.5.1. Características	372
5.3. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	373
5.3.1. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas	373
5.3.2. Constitucionalidade do trabalho intermitente (ADIs 6154, 5826 e 5829)	374
5.3.3. Regulamentação do trabalho intermitente	375
5.3.4. Normas ligadas à convocação do trabalhador	377
5.3.5. Multa por descumprimento do acordado	378
5.3.6. Direitos do empregado em trabalho intermitente	379
5.3.7. Acordo individual entre empregado e empregador	381
6. Alteração do contrato de trabalho	382
6.1. Jus variandi – Alteração unilateral do contrato de trabalho	383
6.2. Reversão	385

6.3. Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista)	386
6.4. Transferência de empregados	388
6.4.1. Transferência de empregado público	390
7. Suspensão e interrupção	392
7.1. Hipóteses de interrupção	393
7.2. Hipóteses de suspensão	396
7.3. Casos controvertidos	400
7.4. Suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada) e legislação de exceção	403

Capítulo V

Duração do trabalho	407
1. Duração do trabalho	407
1.1. Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto	407
1.1.1. Tempo à disposição do empregador	408
1.1.1.1. Intervalos, recreio escolar e tempo à disposição do empregador (ADPF 1058)	410
1.1.2. Controle de jornada e registro de ponto	412
1.1.3. Cartões britânicos	414
1.1.4. Registro de ponto por exceção	415
1.1.5. Cartões de ponto sem assinatura	416
1.2. Horas <i>in itinere</i> (Reforma Trabalhista)	417
1.2.1. Direito intertemporal. Situação dos empregados que já recebiam as horas in itinere (eficácia temporal da Reforma Trabalhista – Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 23)	418
1.3. Sobreaviso e prontidão	420
1.4. Empregados não submetidos à limitação da jornada	422
1.4.1. Gerentes com poderes de gestão	423
1.4.2. Atividade externa	424
1.4.3. Motoristas profissionais	424
1.4.3.1. Jornada de trabalho do motorista profissional	427
1.4.3.2. Tempo de espera do motorista	430
1.4.3.2.1. Tempo de espera do motorista <u>antes</u> da ADI 5322	430
1.4.3.2.2. Tempo de espera do motorista <u>depois</u> da ADI 5322	431
1.4.3.2.3. Períodos de descanso do motorista	431
1.4.3.2.4. Períodos de descanso do motorista antes da ADI	431
1.4.3.2.5. Períodos de descanso do motorista depois da ADI	433
1.4.3.3. Modulação de efeitos da Decisão	434

1.4.3.4.	O que mudou com a ADI 5322?	435
1.4.4.	Teletrabalho ou trabalho remoto	439
1.4.4.1.	Caracterização do teletrabalho	441
1.4.4.1.1.	Caracterização do teletrabalho pela Reforma Trabalhista	441
1.4.4.1.2.	Caracterização do teletrabalho pela Lei nº 14.442/2022	441
1.4.4.2.	Solenidade para o teletrabalho	442
1.4.4.2.1.	Solenidade para o teletrabalho na Reforma Trabalhista	442
1.4.4.2.2.	Solenidade para o teletrabalho na Lei nº 14.442/2022	443
1.4.4.3.	Alteração do regime presencial para teletrabalho	443
1.4.4.4.	Alteração do regime de teletrabalho para o presencial	444
1.4.4.5.	Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto	444
1.4.4.6.	Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho	445
1.4.4.7.	Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022	446
1.4.4.7.1.	Controle de jornada do teletrabalho (Lei nº 14.442/2022)	446
1.4.4.7.2.	Possibilidade de adoção do teletrabalho para estagiários e aprendizes (Lei nº 14.442/2022)	447
1.4.4.7.3.	Eficácia espacial da norma trabalhista ao teletrabalhador (Lei nº 14.442/2022)	447
1.4.4.7.4.	Priorização de vagas de teletrabalho (Lei nº 14.442/2022)	449
1.5.	Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT)	450
1.6.	Turnos ininterruptos de revezamento	452
1.6.1.	Súmula nº 423 do TST e sua superação pelo Tema 1046 da repercussão geral	454
1.7.	Trabalho noturno	457
1.7.1.	Horários mistos	458
1.7.2.	Prorrogação do horário noturno	458
1.7.3.	Intervalo noturno e hora ficta noturna	459
2.	Trabalho extraordinário (reforma trabalhista): hipóteses de prorrogação	460
2.1.	Limite de tolerância (Reforma Trabalhista)	460
2.1.1.	Limite de tolerância no intervalo intrajornada	461
2.2.	Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista)	462
2.3.	Compensação (Reforma Trabalhista)	463

2.3.1. Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada	464
2.3.2. Banco de horas (Reforma Trabalhista)	464
2.3.3. Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista)	465
2.3.3.1. Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres	466
2.4. Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista)	467
2.4.1. Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36	469
2.4.2. Trabalho no DSR e feriados	469
2.4.3. Trabalho noturno em jornada 12 x 36	470
2.5. Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista)	472
2.5.1. Força maior	472
2.5.2. Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos	473
2.6. Recuperação de horas	474
3. Período de descanso	475
3.1. Intervalos	476
3.1.1. Intervalo intrajornada	476
3.1.1.1. Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	477
3.1.1.2. Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	480
3.1.1.3. Intervalos remunerados	482
3.1.2. Intervalo interjornada	486
3.2. DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49)	487
3.2.1. Requisitos para a remuneração do DSR	489
3.2.2. Trabalho no DSR e em feriados: quando é permitido	490
3.2.2.1. Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral	493
3.2.2.2. Trabalho em domingos e feriados no comércio em geral	496
3.2.2.3. A regulamentação do trabalho em feriados no comércio e a polêmica da antiga Portaria nº 3.665/2023	499
3.2.2.3.1. A antiga Portaria nº 3.665/2023 e sua polêmica	500
3.2.2.3.2. A Portaria MTE nº 1.316/2026 e o regime atual	501
3.2.3. Escala de revezamento quinzenal para as mulheres	506
3.2.4. Remuneração do DSR	507
3.2.4.1. Integração do adicional de horas extras no DSR	509
3.2.4.1.1. A redação antiga da OJ nº 394 da SDI-1 do TST: a vedação ao novo reflexo	510
3.2.4.1.2. A nova redação da OJ nº 394 da SDI-1 do TST: a virada jurisprudencial	511
3.2.5. Consequências do trabalho no DSR	512
3.3. Feriados	515

3.4. Férias	517
3.4.1. Introdução	517
3.4.2. Período aquisitivo	518
3.4.3. Duração do período de férias	518
3.4.4. Perda do direito de férias	520
3.4.5. Período concessivo	520
3.4.6. Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista)	521
3.4.6.1. Empregados com menos de 18 anos e mais de 50 anos	522
3.4.7. Remuneração das férias	523
3.4.8. Abono pecuniário de férias	524
3.4.9. Férias concedidas após o período concessivo	526
3.4.9.1. ADPF nº 501/SC: Inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST	526
3.4.10. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais	528
3.4.11. Prescrição	530
3.4.12. Férias coletivas	531

Capítulo VI

Remuneração	533
1. Salário e remuneração	533
1.1. Gorjetas	533
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos	534
1.1.2. Gueltas	534
1.2. Salário-mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo	535
1.2.1. Salários profissionais e normativos	537
1.2.2. Piso salarial nacional da enfermagem	538
1.3. Salário complessivo	541
2. Parcelas salariais (Reforma Trabalhista)	542
2.1. Comissões e percentagens	543
2.1.1. Época do pagamento das comissões e percentagens	545
2.1.2. Comissões sobre vendas a prazo (Tese vinculante nº 57 do TST) e comissões sobre vendas canceladas (Tese vinculante nº 65 do TST)	546
2.1.3. Assunto correlato: comissões dos bancários na venda de produtos do grupo econômico (Tese vinculante nº 56 do TST)	546
2.2. Gratificações (Reforma Trabalhista)	547
2.2.1. Gratificação de função de confiança (Reforma Trabalhista)	549
2.2.2. Gratificação por tempo de serviço	552
2.2.3. Gratificação semestral	553
2.3. Décimo terceiro salário	553
2.3.1. Décimo terceiro salário proporcional	555

2.4. Outras parcelas salariais	556
2.5. Adicionais salariais	557
2.5.1. Adicional de hora extraordinário	557
2.5.1.1. Introdução	557
2.5.2. Adicional noturno	561
2.5.3. Adicional de transferência	562
2.5.4. Adicional de periculosidade	564
2.5.4.1. Atividades perigosas	564
2.5.4.1.1. Regulamentação da matéria e a questão dos motociclistas	566
2.5.4.1.2. Teses vinculante em IRR do TST sobre atividades perigosas	568
2.5.4.3. Base de cálculo	578
2.5.4.4. Necessidade de perícia	579
2.5.4.5. Cumulação do adicional de periculosidade	581
2.5.4.6. Da flexibilização do adicional de periculosidade	582
2.5.5. Adicional de insalubridade	585
2.5.5.1. Teses vinculante em IRR do TST sobre atividades insalubres	586
2.5.5.2. Base de cálculo	595
2.5.5.3. Reflexo nas demais parcelas	597
2.5.5.4. Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista)	598
2.5.5.5. Ambientes insalubres e horas extras	600
2.5.5.5.1. Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres	601
2.5.5.6. Fornecimento de EPI e Ambiente de trabalho	602
2.5.5.7. Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	604
2.5.6. Adicional de penosidade (ADO nº 74/DF)	605
3. Parcelas sem natureza salarial	607
3.1. Participação nos lucros e resultados – PLR	607
3.1.1. E se a empresa não tiver lucro?	608
3.1.2. E se o trabalhador não atingir as metas previstas em ACT ou CCT?	609
3.1.3. PLR proporcional	609
3.1.4. Flexibilização da PLR: a Súmula nº 451 do TST está superada?	610
3.1.5. Participação dos empregados na gestão da empresa (ADO 85/DF)	611
3.2. Ajuda de custo	612
3.3. Diárias para viagem (Reforma Trabalhista)	612
3.4. Vale-transporte	613
3.5. Salário-família	613

3.5.1. Carência	614
3.5.2. Valor do benefício	615
3.5.3. Cessa��o do benefício	615
3.6. PIS/PASEP	616
3.7. Stock option	618
3.8. Abonos (Reforma Trabalhista)	618
3.9. Pr��mios (Reforma Trabalhista)	619
3.10. Auxílio-alimenta��o (Reforma Trabalhista)	620
3.10.1. Natureza jurídica do auxílio-alimenta��o	621
3.10.1.1. Natureza jurídica do auxílio-alimenta��o e a tese vinculante em IRR n�� 121 do TST.	622
3.10.2. Programa de Alimenta��o do Trabalhador	623
3.10.2.1. O PAT e o Decreto n�� 12.712, de 11 de novembro de 2025 .	624
4. Salário-utilidade ou salário in natura	625
4.1. Limites do Salário-utilidade	628
4.2. Utilidades previstas em lei que não integram o salário	631
4.3. Valor da utilidade	632
4.4. Auxílio-alimenta��o	635
5. Da forma, do tempo e do local do pagamento	637
6. Garantias de prote��o ao salário	639
6.1. Irredutibilidade salarial	640
6.1.1. Redu��o proporcional dos salários e de jornada durante a pandemia de coronavírus (Lei n�� 14.020/2020 e MP n�� 1.045/2021)	641
6.2. Intangibilidade salarial	643
6.3. Veda��o ao truck system	646
6.4. Pagamento na primeira audiência judicial	646
6.5. Prote��o em face dos credores	647
7. Equipara��o salarial (Reforma Trabalhista)	648
7.1. Requisitos da equipara��o salarial	649
7.1.1. Identidade de empregadores	650
7.1.2. Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador	650
7.1.3. Identidade de fun��o��es	651
7.1.4. Trabalho de igual valor	652
7.1.5. Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma fun��o de, no máximo, 2 anos	653
7.1.6. Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários	653
7.1.6.1. Critérios de promo��o por antiguidade e merecimento	655
7.2. Trabalhador readaptado	656
7.3. Equipara��o salarial na Administra��o Pública	656
7.4. Equipara��o salarial em cadeia	657
7.5. Multa por conduta discriminatória	659

7.6. Equiparação por equivalência e salário-substituição	661
8. Acúmulo de função e desvio de função	663
8.1. Acúmulo de função	664
8.2. Desvio de função	666
8.3. Semelhanças e diferenças entre o acúmulo de função e o desvio de função	668

Capítulo VII

Estabilidade e FGTS	671
1. Introdução	671
2. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do stf sobre a Convenção 158 da OIT	672
2.1. Causa justificada e justa causa	672
2.2. Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho	673
2.3. Julgamento das ADI 1625 e ADC 39	674
3. Estabilidade por tempo de serviço	676
4. Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias	677
4.1. Dirigente sindical	677
4.2. Empregada gestante	681
4.3. Empregado representante da CIPA	681
4.4. Empregado acidentado	683
4.5. Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP	686
4.6. Representante dos empregados (Reforma Trabalhista)	687
4.7. Outras hipóteses	687
4.7.1. Membros do Conselho Nacional da Previdência Social	687
4.7.2. Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	687
4.7.3. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas	687
4.7.4. Empregado público	688
5. Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	689
5.1. Introdução	689
5.2. Impossibilidade de pagamento de FGTS direto ao empregado (Tese vinculante nº 68 do TST)	689
5.3. Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS	690
5.4. Trabalhadores com direito ao FGTS	692
5.5. Alíquotas e depósitos	693
5.5.1. Correção monetária dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS (ADI 5090/DF)	695
5.6. Hipóteses de saque dos depósitos	697
5.6.1. A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário	699
5.6.2. Indenização sobre o FGTS	700
5.7. Prescrição	700
5.8. Rescisão indireta por atraso no FGTS (Tese vinculante nº 70 do TST)	702

Capítulo VIII

Segurança e medicina do trabalho (Meio ambiente de trabalho), dano nas relações de trabalho e indenizações

Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho)	705
1.1. Introdução	705
1.2. Deveres do empregador	707
1.2.1. Dever de informação e conscientização sobre vacinação, HPV e exames preventivos (Lei nº 15.377/2026)	708
1.2.2. Tema correlato: Banheiro e área para alimentação para trabalhadores de limpeza e conservação que realizam atividades externas (Tese vinculante nº 54 do TST)	709
1.3. Deveres do empregado	710
1.4. Do papel do Ministério do Trabalho e Emprego	711
1.4.1. A NR-1 e os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho (Portaria MTE nº 1.419/2024)	712
1.4.1.1. O que são os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho	713
1.4.1.2. As três mudanças da Portaria MTE nº 1.419/2024	715
1.4.1.3. Quem está obrigado a avaliar os riscos psicossociais	717
1.4.1.4. A suspensão da eficácia sancionatória pelo STF (ADPF 1.316)	718
1.4.1.5. Impactos práticos das mudanças	720
1.5. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio	720
1.5.1. Objetivos e atribuições da CIPA	721
1.5.2. Constituição e organização da CIPA	722
1.5.3. Mandato e estabilidade	724
1.6. Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho	727
2. Da reparação do dano nas relações de trabalho e indenizações	728
2.1. Introdução	728
2.2. Dano material ou patrimonial	728
2.3. Dano extrapatrimonial ou moral (Reforma Trabalhista)	729
2.3.1. Regulamentação do dano extrapatrimonial	729
2.3.2. Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial	732
2.3.2.1. Dano moral	732
2.3.2.2. Ação ou omissão e nexos causal	733
2.3.2.3. Culpa em sentido lato	734
2.3.3. Titularidade do direito à reparação do dano	735
2.3.4. Bens jurídicos tutelados	737
2.3.5. Arbitramento do dano moral	737
2.3.5.1. Da inconstitucionalidade do dispositivo (ADI 6050 – interpretação conforme à Constituição)	741

2.3.6. Existe dano moral automático? O que é dano moral in re ipsa?	742
2.4. Dano estético	748
2.5. Dano moral coletivo	748
2.6. Assédio nas relações de trabalho	750
2.6.1. Assédio moral	750
2.6.2. Assédio eleitoral	751
2.6.3. Assédio sexual	753
2.6.3.1. Do papel da CIPA no combate ao assédio sexual e outras formas de violência	754
2.6.4. Assédio processual	756
2.7. Competência para julgar ações envolvendo dano moral	757
3. Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho	757
3.1. Acidente de trabalho	757
3.1.1. Acidente de trabalho típico	758
3.1.2. Acidente de trabalho equiparado	759
3.2. Nexos de causalidade	762
3.3. Estabilidade do acidentado	763
3.4. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador	766
3.5. Competência para julgar ações envolvendo acidente do trabalho	768

Capítulo IX

<i>Aviso-prévio, término do contrato de trabalho, prescrição e decadência</i>	<i>771</i>
1. Aviso-prévio	771
1.1. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio	774
1.2. Aviso-prévio concedido pelo empregador	775
1.3. Aviso-prévio concedido pelo empregado	779
1.4. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado	779
1.5. Reconsideração do aviso-prévio	779
1.6. Falta grave no curso do aviso-prévio	780
2. Término do contrato de trabalho	782
2.1. Resilição	782
2.1.1. Proibição da dispensa arbitrária e posicionamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT	783
2.1.2. Hipóteses de resilição unilateral	783
2.1.2.1. Pedido de demissão	783
2.1.2.1.1. Pedido de demissão	784
2.1.2.2. Dispensa ou despedida sem justa causa	786
2.1.2.3. Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV	787

2.1.2.3.1.	Natureza jurídica do PDV	787
2.1.2.3.2.	Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista	788
2.1.2.3.3.	Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos	789
2.1.2.3.4.	Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista	789
2.1.3.	Resilição Bilateral: Distrato (Reforma Trabalhista)	791
2.1.3.1.	Verbas rescisórias devidas no distrato	791
2.1.3.2.	Projeção do aviso prévio indenizado no distrato	792
2.1.3.3.	Saque dos depósitos do FGTS	793
2.1.3.4.	Seguro-desemprego	794
2.2.	Resolução	795
2.2.1.	Dispensa por justa causa – art. 482 da CLT	795
2.2.2.	Rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT	802
2.2.3.	Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST)	806
2.3.	Rescisão	809
2.4.	Demais hipóteses de término do contrato de trabalho	809
2.4.1.	Força maior	809
2.4.1.1.	Dispensa por força maior durante a pandemia	810
2.4.2.	Morte do empregador	811
2.4.3.	Aposentadoria	811
2.4.4.	Fato do príncipe ou factum principis	813
2.4.4.1.	Fato do príncipe durante a pandemia	813
2.4.5.	Dispensa discriminatória	813
2.4.6.	Término do contrato de trabalho – Pessoa com deficiência	818
2.5.	Reintegração	819
2.5.1.	Estáveis e empregados com garantia provisória de emprego	820
2.5.2.	Dispensa discriminatória (súmula 443 do TST)	821
2.5.3.	Dispensa por motivo de saúde (suspensão do contrato de trabalho)	822
2.6.	Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista)	823
2.6.1.	Extinção da homologação das verbas trabalhistas	824
2.6.2.	Recibo de quitação das verbas trabalhistas	825
2.6.3.	Forma de pagamento das verbas rescisórias	826
2.6.4.	Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho	826
2.6.5.	Fim da assistência na rescisão contratual	827
2.6.6.	Multa do art. 477, § 8º, CLT	828
2.6.6.	Reconhecimento judicial do vínculo de emprego (tese vinculante nº 168 do TST)	832

2.6.8. Administração Pública e Massa falida	834
2.6.8.1. Multas do art. 467 e art. 477, § 8º, da CLT e sua aplicabilidade às empresas em recuperação judicial (Tese vinculante nº 139 do TST)	834
2.6.9. Multa do art. 477, § 8º, da CLT e atraso na entrega dos documentos rescisórios (Tese vinculante nº 127 do TST)	835
2.6.10. Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego	835
2.7. Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista)	836
3. Prescrição e decadência	837
3.1. Prescrição	837
3.1.1. Prazos prescricionais	838
3.1.2. Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista)	840
3.1.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista)	844
3.1.4. Prescrição do FGTS	846
3.1.5. Prescrição do avulso	848
3.1.6. Imprescritibilidade das anotações na CTPS e retificação do PPP	850
3.1.7. Prescrição de ofício	851
3.1.8. Prescrição intercorrente	852
3.1.9. A mudança de regime celetista para estatutário e a prescrição	853
3.2. Decadência	855

Capítulo X

<i>Direito Coletivo do Trabalho</i>	857
1. Introdução	857
2. Princípios Específicos de Direito Coletivo do Trabalho	858
2.1. Liberdade sindical	858
2.2. Princípio da autorregulamentação	861
2.3. Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada	862
2.4. Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência	863
3. Organização sindical brasileira	864
3.1. Sindicatos	865
3.1.1. Divisão dos sindicatos em categorias	865
3.1.1.1. Criação do sindicato com base no porte da empresa (Tema 488 da Repercussão Geral do STF)	867
3.1.2. Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT	868
3.1.3. Livre filiação dos trabalhadores	873
3.1.4. Organização do sindicato	875
3.1.4.1. Dos limites da intervenção estatal na organização interna dos sindicatos	875
3.1.4.2. Órgãos do sindicato	878

3.2. Custeio do sindicato	881
3.2.1. Contribuição sindical	882
3.2.1.1. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regu- lamentação da contribuição sindical	883
3.2.1.1.1. As alegações de inconstitucionalidade formal da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical	884
3.2.1.1.2. As alegações de inconstitucionalidade material da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical	884
3.2.1.2. Empregados sindicalizados – como fica?	886
3.2.2. Contribuição confederativa	887
3.2.3. Contribuição assistencial	888
3.2.3.1. Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição (IRDR 1000154-39.2024.5.00.0000)	890
3.2.4. Mensalidade sindical	891
3.3. Federação e confederação	892
3.4. Centrais sindicais	893
4. Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo	895
4.1. Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista)	897
4.1.1. Tema 1046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado	899
4.2. Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) de valorização do negociado	900
4.2.1. Jornada de Trabalho	902
4.2.2. Banco de horas	903
4.2.3. Intervalo Intrajornada	904
4.2.4. Programa Seguro-Emprego	904
4.2.5. Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança	906
4.2.6. Regulamento de empresa	906
4.2.7. Representante dos trabalhadores no local de trabalho	907
4.2.8. Teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente	907
4.2.9. Remuneração por produtividade e por desempenho individual	908
4.2.10. Registro de Jornada	909
4.2.11. Troca de dia dos feriados	909
4.2.12. Enquadramento do grau de insalubridade	910
4.2.13. Prorrogação da jornada em ambientes insalubres	910
4.2.14. Prêmios e incentivos	911
4.2.15. Participação nos lucros ou resultados da empresa	912
4.3. Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)	912

4.4.	Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 do STF)	914
4.4.1.	Rol taxativo de limitação à negociação coletiva	918
4.5.	Regras sobre duração do trabalho e intervalos	919
4.6.	Dispensa em massa (Reforma Trabalhista)	921
4.7.	Requisitos formais da negociação coletiva	923
5.	Greve	927
5.1.	Introdução	927
5.2.	Interesses defendidos na greve	930
5.3.	Direitos e deveres dos grevistas	931
5.4.	Greve em serviços essenciais	931
5.5.	Requisitos para o exercício do direito de greve	933
5.6.	Greve no serviço público	935
6.	Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista)	939
6.1.	Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados	940
6.2.	Mandato do membro da comissão de representantes do empregado	942
6.2.1.	Estabilidade do membro da comissão de representantes	943
7.	Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista	944
Bibliografia		947